



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

EDITAL Nº007/2023 – SESA – LACEN

MÉDICO, NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

ESTABELECE NORMAS PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA), CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº 809/2015, ART. 2º, INCISO IX.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso da atribuição legal que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, alínea "o", faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado destinado a atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, conforme disposto na Lei Complementar nº 809/2015 e suas alterações, com base no Art. 2º, inciso IX.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se a formação de **CADASTRO DE RESERVA (CR)** para contratação em regime de designação temporária, visando atender às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), na Unidade do Laboratório Central de Saúde Pública do Espírito Santo - LACEN, para os cargos descritos no Anexo I.

1.2 Caberá à SESA a Coordenação Geral do Processo de que trata este Edital, por meio da Comissão de Processo Seletivo, instituída pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Portaria própria.

1.3 As inscrições serão realizadas para formação de Cadastro de Reserva (CR), sendo que as vagas poderão ser preenchidas de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Administração.

1.4 Compreende-se como processo de seleção as seguintes etapas:

a) 1ª Etapa - Inscrição;

b) 2ª Etapa - Comprovação do requisito, qualificação profissional e experiência profissional, para cadastro de reserva;

c) 3ª Etapa - Formalização de contrato.

1.5 A SESA divulgará as etapas do Processo Seletivo Simplificado através de publicações no site: **www.selecao.es.gov.br**

2. DAS INSCRIÇÕES (1ª ETAPA)

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas exclusivamente pela Internet, no site **www.selecao.es.gov.br**, a partir das 10h do dia 22/06/2023 até às 10h, do dia 29/06/2023, observado o fuso-horário de Brasília/DF.

2.2 Será aceita somente 01 (uma) inscrição por CPF.

2.3 A experiência mínima exigida no requisito de cada cargo, quando houver, é condição indispensável para proceder à inscrição no Processo Seletivo;

2.4 O candidato só poderá realizar alteração, inclusão ou exclusão de informações, durante o período de inscrição.

2.5 Não serão aceitas inscrições condicionais, por e-mail, ou outra forma não prevista neste Edital e fora do prazo estabelecido no item 2.1.

2.6 Ao efetivar a inscrição o candidato aceita as normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

2.7 Ao finalizar a inscrição, o sistema disponibilizará o comprovante de inscrição para impressão.

O comprovante de inscrição (ficha de inscrição) deverá ser enviado juntamente com os demais documentos comprobatórios exigidos, caso o candidato seja convocado para a 2ª Etapa do Processo Seletivo. **Toda a documentação deverá ser enviada por meio do Sistema E-Docs.**

2.8 O candidato é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas tanto no ato de inscrição, quanto em qualquer outra fase do processo seletivo, não sendo permitido recurso quanto ao seu resultado nessa etapa.

2.9 A falsificação de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contida implicará em imediata DESCLASSIFICAÇÃO do candidato e caso tenha sido selecionado para a 3ª etapa do Processo Seletivo, e houver sido contratado, será feita a RESCISÃO do contrato imediatamente, seguida de abertura de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.10 A SESA não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão da ficha de inscrição.

3. DOS REQUISITOS

3.1 Os Requisitos para inscrição do candidato, o cargo, a remuneração e carga horária, são os constantes do **Anexo I** deste Edital.

3.2 A experiência utilizada para fins de pontuação só será válida se toda a experiência declarada for na mesma área exigida no requisito, conforme **Anexo I**.

4. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 Os contratos respeitarão a proporção de 10x1 para contratação de Pessoa com Deficiência (PcD) na forma Lei Estadual nº 7.050, de 03 de janeiro de 2002, e suas alterações, de acordo com a demanda por cargo e unidade.

4.2 Para a comprovação de atendimento à condição de Pessoa com Deficiência (PcD), o candidato inscrito nesta condição deverá apresentar laudo médico original do médico especialista atualizado nos últimos 6 meses, de acordo com a deficiência, na 2ª etapa do Processo Seletivo.

4.3 Se o candidato for convocado para a 3ª Etapa – Assinatura de Contrato, será encaminhado ao Serviço de Medicina do Trabalho da SESA ou da Unidade para qual for convocado, para emissão de Laudo Caracterizador de Deficiência, informando a compatibilidade com as atribuições do cargo, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

4.4 A inobservância do disposto nos itens 4.2 e 4.3, implicará em perda do direito à contratação na condição de Pessoa com Deficiência (PcD).

4.5 O candidato inscrito como PcD participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação de títulos e aos critérios para classificação, de acordo com o estabelecido neste Edital.

4.6 O candidato PCD, se atender a essa condição, concorrerá concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, bem como as vagas de ampla concorrência, seguindo a ordem de classificação.

4.7 O candidato convocado nas vagas de pessoas com deficiência, deixará de ser convocado nas vaga de ampla concorrência.

4.8 O não enquadramento do candidato na condição de PcD não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.

5. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS E INDÍGENAS

5.1

a) Os contratos respeitarão o percentual de 17% (dezesete por cento) para reserva às pessoas pretas ou pardas na forma estabelecida na Lei Estadual nº 11.094 de 08 de janeiro de 2020;

b) Para concorrer às vagas destinadas as pessoas pretas ou pardas, o candidato deverá preencher a auto declaração, constante no **Anexo IV**, conforme quesito da cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e, enviar a mesma, quando da Convocação de 2ª Etapa do Processo Seletivo, comprovação dos documentos, se houver.

5.2

a) Os contratos respeitarão o percentual de 3% (três por cento) para reserva de pessoa indígena na forma estabelecida na Lei Estadual nº 11.094 de 08 de janeiro de 2020.

b) O candidato que se autodeclarar indígena deverá apresentar Certidão de Nascimento ou Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), bem como, a declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos duas lideranças reconhecidas, se convocado para a 2ª etapa do Processo Seletivo.

5.3 Serão presumidas como verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativas, civil e penal.

5.4 Na hipótese de constatação de declaração falsa o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido contratado, ficará sujeito a rescisão do contrato e abertura de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.5 O candidato reconhecido como pessoa preta, parda ou indígena concorrerá, concomitantemente, às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação no Processo Seletivo.

5.6 O candidato convocado na lista de pessoas pretas, pardas ou indígenas deixará de ser convocado na vaga de ampla concorrência.

5.7 O candidato inscrito como pessoa preta, parda ou indígena participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação de títulos e aos critérios para classificação, de acordo com o estabelecido neste Edital.

5.8 O não enquadramento do candidato na condição de pessoa preta ou indígena não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

6. QUALIFICAÇÃO

6.1. Para efeito de pontuação referente à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL serão aceitos os títulos descritos:

- a) no Anexo II - Quadro 1 deste Edital (Cargos de Médico e Técnico de Nível Superior);
- b) no Anexo II - Quadro 2 deste Edital (Cargos de Nível Médio Técnico) e,
- c) no Anexo II - Quadro 3 deste Edital (Cargos de Nível Médio).

6.1.2 Para fins de pontuação não serão considerados os Cursos Técnicos, de Graduação ou de Especialização, como Curso de aperfeiçoamento.

6.1.3 Os cursos de aperfeiçoamento deverão ser comprovados por meio de Certificados que deverão apresentar grade, período e carga horária do curso.

6.1.4 Só serão aceitos os cursos que forem concluídos até a data de inscrição.

6.2 A documentação comprobatória de Qualificação Profissional, quando couber, deverá estar de acordo com a regulamentação profissional, contendo, obrigatoriamente, atos de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso e credenciamento da Instituição de Ensino.

6.3 Em caso de cursos realizados no exterior será exigido a revalidação dos documentos pelo órgão competente, conforme dispõe o art. 48 § 2º e § 3º da Lei 9394/96.

6.3.1 Para produzir efeitos legais no Brasil, os documentos emitidos em países estrangeiros devem ser legalizados, unicamente, junto às Repartições Consulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior. A legalização é efetuada, mediante a cobrança de emolumentos consulares, na Embaixada ou Consulado do Brasil cuja jurisdição corresponda à origem dos documentos (Norma Consular e Jurídica constante do Capítulo 4º – Atos Notariais e de Registro Civil, Seção 7ª, o Ministério das Relações Exteriores).

6.3.2 Após o procedimento de legalização, os documentos precisarão ser traduzidos para a língua portuguesa por profissional (Tradutor Juramentado) residente no Brasil. Para surtir efeitos em relação a terceiros, também têm que ser registrados em Títulos e Documentos (Lei 6015/73, art. 129). Assim, os documentos terão validade em todo território brasileiro.

7. EXPERIÊNCIA

7.1 Para efeito de pontuação quanto a EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, SE COMPROVADA NA MESMA ÁREA exigida no requisito do cargo que pleiteia, poderá ser computado um total máximo de 10 (dez) pontos, de acordo com o Anexo II deste Edital.

a) Alínea “D” do Anexo II, Quadro 1 deste Edital (Cargos de Médico e Técnico de Nível Superior).

b) Alínea “C” do Anexo II, Quadro 2 deste Edital (Cargos de Nível Médio Técnico).

c) Alínea “C” do Anexo II, Quadro 3 deste Edital (Cargos de Nível Médio).

7.2 Somente será considerado para fins de pontuação, toda a experiência registrada e comprovada a partir de 01 de janeiro de 2014 até a data da inscrição.

7.3 Para comprovação da EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL serão aceitos, **somente**, os seguintes documentos comprobatórios:

I. Para exercício de atividade em **empresa/instituição privada**, deverá ser apresentado:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital) assinada no cargo que concorre ou cargo correlato;

b) Quando o cargo for correlato será necessária apresentação de declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos da Empresa, Instituição Privada, Organizações Sociais, Fundações e Hospitais Filantrópicos a qual tenha desempenhado suas funções, discriminando as atividades realizadas e unidade de lotação, com o período trabalhado, início e fim do contrato, se houver, ou permanência no vínculo.

c) Quando o registro de trabalho na CTPS estiver em aberto (sem data de rescisão), será necessária apresentação de declaração expedida pelo empregador, comprovando o período trabalhado ou permanência no vínculo.

II. Para o exercício de atividade em **instituição Pública**, deverá ser apresentada: Declaração de Tempo de Serviço, que informe o período de início e fim do cargo exercido, em papel timbrado, com identificação do órgão expedidor, datada e assinada, ou Demonstrativo dos Contratos, emitidos pela Central de Atendimento ao Servidor dos Poderes Federal, Estadual ou Municipal, ou Setor equivalente a este, conforme o âmbito da prestação da atividade.

a) No caso em que o cargo correlato tenha nomenclatura diferente do cargo que pleiteia no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá apresentar Declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos da Unidade de Trabalho a qual tenha desempenhado suas funções, discriminando as atividades realizadas.

III. Para comprovação de experiência por meio da **participação ou realização de Projeto de Pesquisa**, deverá ser apresentada a declaração da Instituição na qual o projeto foi realizado, contendo o período (início e fim) do projeto, e o Plano de Atividades compatíveis com o requisito do cargo.

IV. Para comprovação de experiência em **estágio remunerado, não obrigatório**, deverá ser apresentado Termo de Compromisso, Termo de Rescisão ou Certificado de Conclusão de Estágio. Válido somente para o Cargo de Assistente Administrativo.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

V. Para comprovação de experiência em **estágio obrigatório, curricular**, de acordo com a Lei Estadual nº 11.691, de 04/08/2022 (Art. 1: "[...]quando na admissão do primeiro emprego"), deverá ser apresentado o Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório firmado entre o Órgão/Instituição, aluno e a Instituição de Ensino público ou privado, contendo carga horária e duração do estágio, conforme preceitua o Decreto 3388-R, de 25/09/2013.

As atividades desenvolvidas durante esta modalidade de estágio devem estar relacionadas ao curso que o estagiário esteja realizando, compatíveis com o requisito do cargo, até a data de inscrição.

VI. Para comprovação de atividade exercida por meio de **prestação de serviço** deverá ser apresentado **Contrato de Prestação de Serviço** firmado, contendo o período dos serviços prestados, devidamente assinado por ambas as partes, **Declaração do Contratante, com CNPJ ativo**, que informe o período (início e fim), contendo descrição das atividades desenvolvidas e o cargo exercido, **carimbada e assinada pelo responsável da Empresa**.

7.4 Não serão consideradas como EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL outras formas de prestação de serviço que não as descritas no item 7.3.

7.5 Não serão considerados para fins de tempo de serviço, os exercidos em mais de um local de trabalho, no mesmo período (**concomitância de tempo de serviço**).

7.6 Somente serão validados os documentos dos Candidatos que comprovem a EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, constando dia/mês/ano de entrada e dia/mês/ano de saída do serviço, se houver, desde que essa experiência tenha ocorrido após conclusão de sua formação relativa ao cargo que concorre, até a data de inscrição no Processo Seletivo, exceto estágio previsto no item 7.3 - IV e V.

7.7 Para fins deste processo seletivo não serão aceitas declarações atestadas/assinadas pelo próprio candidato.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 A SESA divulgará a lista de classificação dos candidatos **exclusivamente** no site **www.selecao.es.gov.br**

8.2 Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

- a) maior soma de pontuação na qualificação profissional declarada;
- b) maior pontuação na experiência profissional;
- c) maior idade.

9. DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DECLARADAS (2ª ETAPA)

9.1 Essa etapa possui caráter eliminatório/classificatório.

9.2 A convocação para a 2ª Etapa será feita **exclusivamente** pelo site **www.selecao.es.gov.br**, obedecendo aos critérios de ordem de classificação por cargo.

9.3 Nessa 2ª etapa, o candidato deverá comprovar as informações declaradas no ato da inscrição, enviando a documentação comprobatória em um **único encaminhamento por meio do Sistema E-Docs. - Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo, como CIDADÃO, e em nível de acesso SIGILOSO**, para o **Grupo e Comissão** a ser indicado na convocação.

9.4 As orientações para o envio da documentação comprobatória serão disponibilizadas no site: **www.selecao.es.gov.br**, por meio do **Manual de Encaminhamento de Documentação via Sistema E-Docs**.

9.5 Para essa etapa, a documentação comprobatória **DEVERÁ SER ENVIADA EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA E-DOCS, EM FORMATO PDF (ARQUIVO ÚNICO)** com todos os documentos listados no Anexo V, FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (CHECK LIST).

9.6 As convocações para comprovação dos REQUISITOS e TÍTULOS, referentes à 2ª Etapa do Processo Seletivo, quais sejam, envio de documentos constantes no Anexo I para cada cargo, bem como os de experiência e qualificação profissional, poderão ocorrer a qualquer tempo durante a vigência deste Edital, de acordo com a necessidade, conveniência e interesse da administração.

9.7 A não comprovação do requisito, experiência profissional e qualificação profissional, ou ainda, o não envio da documentação comprobatória na data estabelecida no ato da convocação, implicará em **ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO** do Processo Seletivo.

9.8 A SESA não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo encaminhamento incorreto da documentação, nem pelo encaminhamento não efetivado por motivos de ordem técnica do Sistema E-Docs.

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO (3ª ETAPA)

10.1 As convocações para Formalização de Contrato - 3ª Etapa do Processo Seletivo, poderão ocorrer a qualquer tempo durante a vigência deste Edital, de acordo com a necessidade, conveniência e interesse da administração.

10.2 O Candidato, após o ato de convocação para a 3ª Etapa, deverá se apresentar, na data especificada na Convocação publicada no site: **www.selecao.es.gov.br**, à Central Administrativa da SESA – sede Enseada, Núcleo de Recrutamento e Seleção - NRS, onde receberá instruções a respeito da assinatura de contrato.

10.3 O não comparecimento do Candidato na data especificada na Convocação ou sua recusa em assumir o contrato, implicará na desistência da vaga do Processo Seletivo.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

10.4 São REQUISITOS para a formalização de contrato:

- a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data de assinatura do contrato;
- c) Ter atendido aos REQUISITOS exigidos para o cargo, bem como, comprovado com envio de documentos e títulos que tenha declarado na inscrição, inclusive o de experiência profissional declarada;
- d) Ter aptidão física e mental para o exercício do cargo e suas atribuições;
- e) Para PCD, estar de posse do Laudo Caracterizador de Deficiência, emitido pelo Núcleo de Serviço de Medicina do Trabalho e Serviço Social – NSMTSS da SESA ou pelo Médico do Trabalho da Unidade, no qual será informado a compatibilidade com as atribuições do cargo, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações;
- f) Não ter sido desligado pela Administração por falta disciplinar - Processo Administrativo Disciplinar - PAD;
- g) Estar em dia com as obrigações eleitorais e, no caso de candidatos do sexo masculino, com as obrigações militares;
- h) **Não se enquadrar nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda Constitucional, ou do Decreto Estadual 2.724-R de 06 de abril de 2011, que trata do acúmulo ilegal de cargo público**, alterado pelo Decreto nº 4702-R, publicado no DIO/ES em 31/07/2020 que dispõe sobre a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas;
- i) Ter em mãos o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) emitido pelo Núcleo de Serviço de Medicina do Trabalho e Serviço Social – NSMTSS da SESA, considerando o candidato apto a exercer suas funções.
- j) Conhecer, respeitar e aceitar as normas e exigências estabelecidas neste Edital e na Lei Complementar nº 809/2015.

10.5 Ao ser encaminhado para formalização do Contrato de Prestação de Serviço em caráter Temporário, o candidato deverá apresentar os originais dos documentos solicitados pelo Núcleo de Recrutamento e Seleção – NRS da SESA.

10.6 Os exames admissionais **são de responsabilidade e expensas do Candidato** e deverão ser realizados de acordo com relação a ser disponibilizada pelo NRS da SESA.

10.6.1 O resultado dos exames serão apresentados ao Médico do Trabalho do NMTSS, para a emissão do ASO. O ASO, indicará se o funcionário examinado estará apto ou não para prestação dos serviços e desempenho de suas funções.

10.7 As contratações provenientes deste edital serão realizadas com base no Art. 2 – inciso IX, respeitando-se o prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, decrecentes, de acordo com o Art. 4º, inciso IV e Enunciado do CPCT nº 01/2022.

10.7.1 O prazo máximo de 36 (trinta e seis meses) contados a partir de 21/01/2022, é decrescente, ficando o encerramento de todos os Contratos Temporários estabelecidos com base no inciso IX, do Art.2º para 21/01/2025, não podendo haver prorrogação desse prazo, em hipótese alguma.

10.8 O candidato que firmar contrato e não assumir o exercício na data estabelecida, terá o contrato tornado sem efeito.

11. DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

11.1 O Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, poderá ser rescindido ou extinto, sem direito a indenização nas hipóteses previstas no Art. 14, incisos de I a IV da Lei Complementar nº 809/2015.

12. DO RECURSO

12.1 É facultado ao candidato, apresentar Recurso referente à 2ª Etapa, devendo para tanto, preencher formulário específico que se encontra disponível no site: www.selecao.es.gov.br enviando-o, **exclusivamente para o E-MAIL descrito no resultado da convocação. Não serão aceitos recursos enviados por meio do sistema E-Docs.**

12.2 Não serão aceitas interposições de Recursos por outro meio que não o especificado no item 12.1.

12.3 O prazo para interposição de recurso é de 24 (vinte e quatro) horas posteriores ao indeferimento na 2ª etapa.

12.4 Na fase do recurso, não serão aceitos o envio de novos documentos.

12.5 A Comissão de Processo Seletivo terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, após o recebimento do Recurso para análise e decisão recursal.

12.6 A decisão da Comissão do Processo Seletivo, após análise do Recurso apresentado, será encaminhada para o e-mail informado pelo candidato no formulário de recurso.

12.7 Quanto a decisão tomada pela Comissão do Processo Seletivo, acerca do recurso apresentado de que trata o item 12.6, não caberá contestação.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

13.1 Caso o encerramento do Contrato venha a ocorrer por Conveniência Administrativa, falta disciplinar, previsto no Regime Disciplinar da Lei Complementar 046/1994, o Candidato poderá ficar incompatibilizado de participar de novo Processo Seletivo por até de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua rescisão contratual, ou seja, ficará impedido de participar de novo recrutamento, seleção e contratação em regime de designação temporária, pelo tempo estipulado na conclusão do Processo Administrativo Disciplinar – PAD.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

13.2 É facultada à Comissão do Processo Seletivo ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase do processo seletivo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução de processo.

13.3 Os candidatos classificados e não convocados para a 2ª Etapa permanecerão compondo o cadastro de reserva a ser utilizado de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Administração durante a vigência deste Edital.

13.4 Este **Processo Seletivo** terá validade de 12 (doze) meses.

13.5 Todas as despesas relativas à participação no Processo Seletivo Simplificado correrão às expensas do próprio candidato.

13.6 Eventuais irregularidades e os casos omissos serão analisados, avaliados e decididos pela Comissão de Processo Seletivo, e pelas instâncias superiores: Chefia de Núcleo Especial (NERSCT), Gerência de Recursos Humanos (GERH) e, em última, pelo Subsecretário de Estado para Assuntos de Administração e Financiamento da Atenção à Saúde (SSAFAS), da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

13.7 Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.

13.8 Fica eleito, como **foro** competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas dos Contratos Temporários firmados, o foro da comarca da capital, Vitória - ES, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

Vitória-ES, 21 de junho de 2023.

MIGUEL PAULO DUARTE NETO
Secretário de Estado da Saúde



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

EDITAL Nº007/2023 – LACEN
MÉDICO, TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

ANEXO I

CARGOS, SUBSÍDIO, JORNADA DE TRABALHO E REQUISITOS

I. Para comprovação da experiência profissional, somente será considerado o tempo exercido a partir de 01 de janeiro de 2014 até a data da inscrição;

II. A experiência mínima exigida no requisito de cada cargo, é condição indispensável para proceder à inscrição no Processo Seletivo;

III. Não será considerado o tempo de serviço exercido em mais de um local de trabalho, no mesmo período (concomitância de tempo de serviço);

IV. Todo o tempo declarado para pontuação na inscrição deverá ser na mesma área exigida no requisito do cargo que pleiteia.

CARGO	SUBSÍDIO	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	REQUISITO
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (COM EXPERIÊNCIA EM DIAGNÓSTICO MOLECULAR)	R\$ 5.118,83	40H	Diploma de conclusão de curso de nível superior em Farmácia Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002 ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Ciências Biológicas ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Biomedicina, todos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em técnicas de diagnóstico molecular, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II (COM EXPERIÊNCIA EM TRIAGEM LABORATORIAL)	R\$ 5.118,83	40H	Diploma de conclusão de curso de nível superior em Farmácia Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002 ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Ciências Biológicas ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Biomedicina, todos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em triagem laboratorial de amostras biológicas, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR III (COM EXPERIÊNCIA EM MICOLOGIA)	R\$ 5.118,83	40H	Diploma de conclusão de curso de nível superior em Farmácia Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002 ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Ciências Biológicas ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Biomedicina, todos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em micologia médica, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR IV (COM EXPERIÊNCIA EM PARASITOLOGIA)	R\$ 5.118,83	40H	<p>Diploma de conclusão de curso de nível superior em Farmácia Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002 ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Ciências Biológicas ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Biomedicina, todos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe.</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses na área de parasitologia, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR V (COM EXPERIÊNCIA EM GESTÃO DE ALMOXARIFADO)	R\$ 5.118,83	40H	<p>Diploma de conclusão de curso de nível superior em Farmácia Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002 ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Ciências Biológicas ou; Diploma de conclusão de curso de nível superior em Biomedicina, todos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe.</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em gestão de almoxarifado, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR VI (COM EXPERIÊNCIA EM GESTÃO DA QUALIDADE)	R\$ 5.118,83	40H	<p>Diploma de conclusão de curso de nível superior em Farmácia Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe.</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em Gestão da Qualidade, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR VII (COM EXPERIÊNCIA EM GESTÃO)	R\$ 5.118,83	40H	<p>Diploma registrado de conclusão de curso de nível superior em Administração, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe.</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em gestão, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR VIII (COM EXPERIÊNCIA EM BROMATOLOGIA)	R\$ 5.118,83	40H	<p>Diploma de conclusão de curso de nível superior em Nutrição; Engenharia de Alimentos; Tecnologia de Alimentos; Biomedicina; Biotecnologia; Ciências Biológicas; Farmácia-Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002, todos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe.</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em Bromatologia (análises microbiológicas, físico-químicas, microscópicas, rotulagem; preparo de meios de cultura; controle de qualidade; triagem de amostras de alimentos/produtos, dentre outras experiências relacionadas a alimentos, bebidas e produtos para consumo humano), de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR IX (COM EXPERIÊNCIA EM QUÍMICA ANALÍTICA INSTRUMENTAL)	R\$ 5.118,83	40H	<p>Diploma de conclusão de curso de nível superior em Química; Engenharia Química; Biomedicina; Biotecnologia; Ciências Biológicas; Farmácia-Bioquímica ou curso de Farmácia graduado de acordo com a resolução CNE/CES 02, de fevereiro de 2002, todos</p>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

			<p>fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe.</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em Química Analítica Instrumental (Cromatografia Líquida/Gasosa e/ou Espectroscopia ICP/Infravermelho Médio e/ou Espectrometria de Massas), de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
MÉDICO PATOLOGISTA	R\$5.586,80	20H	<p>Diploma de conclusão de curso de Medicina emitido por instituição reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe (CRM).</p> <p>Residência Médica em Patologia ou Título de especialista expedido pela AMB, acrescido de registro no Conselho Regional de Medicina (RQE).</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses em Citopatologia, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
TÉCNICO EM LABORATÓRIO/TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS	R\$ 2.629,08	40H	<p>Diploma de conclusão de curso Técnico de Laboratório, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.</p> <p>Registro no Conselho de Classe.</p> <p>Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	R\$ 2.629,08	40H	<p>Diploma de conclusão de curso Técnico em Segurança do Trabalho expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Registro emitido pelo Ministério do Trabalho e emprego.</p> <p>Comprovar experiência de 06 (seis) meses no cargo, na área de Saúde, atuando em processos de trabalho de Segurança e Medicina do Trabalho em Unidades hospitalares ou áreas assistenciais de saúde, de 01 de janeiro de 2014, até a data da inscrição.</p>
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.103,10	40H	<p>Diploma de conclusão de curso de nível médio, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Domínio do Pacote Office (Windows, Word, Excel).</p> <p>Comprovar experiência de 06 (seis) meses no cargo, cargo correlato ou superior, com atuação em área administrativa, de 01 de janeiro de 2014 até a data da inscrição.</p>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

EDITAL Nº007/2023 – LACEN
MÉDICO, TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

ANEXO II – EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

QUADRO 1 - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E DE PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL – CARGOS DE MÉDICO E TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR				
ÁREAS			PONTOS	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA			10	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL			08	
TOTAL			18 PONTOS	
ALÍNEA	TÍTULOS	VALOR DE CADA TÍTULO	QUANTIDADE MÁXIMA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA DE TÍTULOS
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL				
A	Diploma de curso de doutorado na área em que concorre. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar, até a data da inscrição.	03 pontos	01 título	08 pontos
B	Diploma de curso de mestrado (título de mestre) – Stricto Sensu na área a que concorre. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar, até a data da inscrição.	02 pontos	01 título	
C	Diploma de curso de pós-graduação em nível de especialização (Lato Sensu), com carga horária mínima de 360 h/a na área a que concorre. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação, desde que acompanhada de histórico escolar, até a data da inscrição.	1,5 pontos	02 títulos	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CARGO		PONTUAÇÃO		VALOR MÁXIMO DE EXPERIÊNCIA
0 exercício de atividade profissional na Administração Pública e/ou na iniciativa privada deverá ser computado a partir de 01 de janeiro de 2014 até a data da inscrição.				
06 meses completos na data da inscrição		01 ponto		10 PONTOS
06 meses e 01 dia a 12 meses completos na data da inscrição		02 pontos		
12 meses e 01 dia a 18 meses completos na data da inscrição		03 pontos		
18 meses e 01 dia a 24 meses completos na data da inscrição		04 pontos		
24 meses e 01 dia a 30 meses completos na data da inscrição		05 pontos		
30 meses e 01 dia a 36 meses completos na data da inscrição		06 pontos		
36 meses e 01 dia a 42 meses completos na data da inscrição		07 pontos		
42 meses e 01 dia a 48 meses completos na data da inscrição		08 pontos		
48 meses e 01 dia a 54 meses completos na data da inscrição		09 pontos		
54 meses e 01 dia a 60 meses completos na data da inscrição		10 pontos		
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS (EXPERIENCIA E QUALIFICAÇÃO)		18 PONTOS		



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA SAÚDE

EDITAL Nº007/2023 – LACEN

MÉDICO, TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

ANEXO II – EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E DE PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - CARGOS DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO				
ÁREAS			PONTOS	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA			10	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL			05	
TOTAL			15 PONTOS	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL				
ALÍNEA	TÍTULOS	VALOR DE CADA TÍTULO	QUANTIDADE MÁXIMA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA DE TÍTULOS
A	Certificado de curso avulso na área da saúde , com carga horária mínima de 80 horas, ministrado por instituição formalmente constituída para esse fim, concluído até a data da inscrição. <u>Não enviar Certificado de curso com carga horária inferior ao informado na inscrição.</u>	02 pontos	01 título	05 PONTOS
B	Certificado de curso avulso na área da saúde , com carga horária mínima de 120 horas, ministrado por instituição formalmente constituída para esse fim, concluído até a data da inscrição. <u>Não enviar Certificado de Curso com carga horária inferior ao informado na inscrição.</u>	03 pontos	01 título	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL O exercício de atividade profissional na Administração Pública e/ou na iniciativa privada deverá ser computado a partir de 01 de janeiro de 2014 até a data da inscrição.		PONTUAÇÃO		VALOR MÁXIMO DE EXPERIÊNCIA
6 meses completos na data da inscrição		01 ponto		10 PONTOS
06 meses e 01 dia a 12 meses completos na data da inscrição		02 pontos		
12 meses e 01 dia a 18 meses completos na data da inscrição		03 pontos		
18 meses e 01 dia a 24 meses completos na data da inscrição		04 pontos		
24 meses e 01 dia a 30 meses completos na data da inscrição		05 pontos		
30 meses e 01 dia a 36 meses completos na data da inscrição		06 pontos		
36 meses e 01 dia a 42 meses completos na data da inscrição		07 pontos		
42 meses e 01 dia a 48 meses completos na data da inscrição		08 pontos		
48 meses e 01 dia a 54 meses completos na data da inscrição		09 pontos		
54 meses e 01 dia a 60 meses completos na data da inscrição		10 pontos		

QUADRO 3 - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E DE PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (ASSISTENTE ADM)				
ÁREAS			PONTOS	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA			10	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL			5	
TOTAL			15 PONTOS	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL				
ALÍNEA	TÍTULOS	VALOR DE CADA TÍTULO	QUANTI DADE MÁXIMA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA DE TÍTULOS
A	Diploma de curso de nível técnico na área administrativa , expedido por instituição de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação ou Declaração de Conclusão de nível técnico, desde que acompanhada de histórico escolar, até a data da inscrição.	02 pontos	01 título	05 PONTOS
B	Diploma de curso de nível superior, em qualquer área. Também será aceito certificado/declaração de conclusão do referido curso superior, desde que acompanhado de histórico escolar, concluído até a data da inscrição.	03 pontos	01 título	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL O exercício de atividade profissional na Administração Pública e/ou na iniciativa privada deverá ser computado a partir de 01 de janeiro de 2014 até a data da inscrição.		PONTUAÇÃO		VALOR MÁXIMO DE EXPERIÊNCIA A
06 meses completos na data da inscrição		01 ponto		10 PONTOS
06 meses e 01 dia a 12 meses completos na data da inscrição		02 pontos		
12 meses e 01 dia a 18 meses completos na data da inscrição		03 pontos		
18 meses e 01 dia a 24 meses completos na data da inscrição		04 pontos		
24 meses e 01 dia a 30 meses completos na data da inscrição		05 pontos		
30 meses e 01 dia a 36 meses completos na data da inscrição		06 pontos		
36 meses e 01 dia a 42 meses completos na data da inscrição		07 pontos		
42 meses e 01 dia a 48 meses completos na data da inscrição		08 pontos		
48 meses e 01 dia a 54 meses completos na data da inscrição		09 pontos		
54 meses e 01 dia a 60 meses completos na data da inscrição		10 pontos		

EDITAL Nº007/2023 – LACEN
MÉDICO, TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

**ANEXO III – DECLARAÇÃO SOBRE ACÚMULO DE CARGO E
REMUNERAÇÃO**

Eu, _____,
portador do CPF _____, **DECLARO** junto à **Secretaria de Estado da Saúde – SESA**, na forma abaixo, que estou ciente sobre a acumulação, cargo/emprego/função pública, (Federal, Estadual ou Municipal), cuja acumulação seja vedada nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII da constituição federal de 1988, no decreto estadual 2.724-R de 06 de abril de 2011, alterado pelo decreto nº 4.702-R, de 31 de julho de 2020 que dispõe sobre a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas e ainda, do que dispõem o art. 23 da lei complementar 46/94, que trata o período mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho:

INCISOS XVI E XVII DO ARTIGO Art. 37. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

DECRETO Nº 2724-R, DE 06 DE ABRIL DE 2011 - Art. 1º É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:

a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder público.

§ 2º Em qualquer das exceções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput, a acumulação será sempre condicionada à compatibilidade de horários, que não poderá ultrapassar o limite máximo de 65 (sessenta e cinco) horas semanais de trabalho nos dois cargos, empregos ou funções acumuladas.

Art. 4º A limitação instituída no §2º do artigo 1º deste Decreto não se aplica àqueles servidores que, na data da sua publicação, já exerçam cargos, empregos, ou funções públicas em regime de acumulação, sem prejuízo da observância dos requisitos previstos no artigo 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

DECRETO Nº 4.702-R, DE 31 DE JULHO DE 2020 - O decreto nº 4702-R de 30 de julho de 2020, autoriza a acumulação de cargos ou empregos públicos com carga horária superior a 65 horas semanais quando devidamente comprovada e atestada pelos órgãos públicos envolvidos. O novo decreto substitui o de nº 2724-R de abril de 2011, que permitia o acúmulo de cargos se a jornada não **ultrapassasse** das 65 horas semanais.

ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR 46/94

O ART.23 da Lei Complementar 46/94, trata do período mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho.

() NÃO EXERÇO nenhum cargo/emprego/função pública.

() SIM EXERÇO, outro cargo/emprego/função pública, em regime de acumulação, com compatibilidade de horário.

Órgão/Instituição: _____

Carga Horária Semanal: _____ **Horário exercido:** _____

Súmula 246 do TCU:

O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerça em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas à vedação de vantagens pecuniárias.

Vitória (ES), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

EDITAL Nº007/2023 – LACEN
MÉDICO, TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

ANEXO IV

AUTO DECLARAÇÃO DE COR/ETNIA

Eu, _____
_____, portador (a) do RG nº _____ e _____ do _____ CPF
_____, residente e domiciliado (a) na cidade de
_____, Endereço _____, declaro para os
devidos fins e sob as penas da lei em conformidade com a classificação do IBGE, que sou:

- () Preto(a)
() Pardo(a)
() Indígena

Declaro estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Declaro estar ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar na eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo e ainda na rescisão do contrato administrativo de prestação de serviço.

Vitória (ES), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

EDITAL Nº007/2023 – LACEN

MÉDICO, TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL MEDIO TÉCNICO

ANEXO V - FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (CHECK LIST)

OBS.: Todos os documentos devem estar em **ARQUIVO ÚNICO**, em formato ***PDF*** para realização de upload no endereço eletrônico <https://acessocidadao.es.gov.br>, no Sistema E-Docs.

Nº DA CONVOCAÇÃO: _____ **Nº DE INSCRIÇÃO:** _____

CARGO: _____ **UNIDADE:** _____

NOME DO CANDIDATO: _____

ASSINALE COM UM X OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS (DECLARADOS NA INSCRIÇÃO) QUE SERÃO ENCAMINHADOS PARA 2ª ETAPA:

1) DOCUMENTOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO:

- ☐ Ficha de Inscrição/Comprovante de Inscrição;
- ☐ Carteira de Identidade (RG) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) que esteja dentro do prazo de validade;
- ☐ Auto Declaração de Cor/Etnia – **DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS.**
- ☐ Certidão de Nascimento ou Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), bem como, a declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos duas lideranças reconhecidas – **DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS INDÍGENAS.**
- ☐ Laudo Médico Original do Médico Especialista, de acordo com a deficiência – **DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)** atualizado nos últimos de 6 meses;

2) DOCUMENTOS RELATIVOS AOS REQUISITOS DO CARGO (DE ACORDO COM O ANEXO I):

- ☐ Diploma de Conclusão de curso de nível superior, quando couber, podendo ser apresentada Declaração/Certificado, desde que acompanhado de Histórico Escolar, concluído até a data da inscrição;
- ☐ Diploma de Conclusão de curso técnico, quando couber, podendo ser apresentada Declaração/Certificado, desde que acompanhado de Histórico Escolar, concluído até a data da inscrição;
- ☐ Diploma de Conclusão de curso de nível médio, quando couber, podendo ser apresentada Declaração/Certificado, desde que acompanhado de Histórico Escolar, concluído até a data da inscrição;
- ☐ Certificado de residência médica ou título de especialista, quando couber, concluído até a data da inscrição, de acordo com a exigência do cargo pleiteado;
- ☐ Carteira do Conselho de Classe, quando couber, para Profissões com registro obrigatório;
- ☐ Comprovar experiência mínima, quando couber, de acordo com a exigência do cargo pleiteado;

3) DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO (DE ACORDO COM O ANEXO II – QUADROS 1, 2 E 3):

- ☐ Diploma de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado, quando couber, podendo ser apresentada Declaração/Certificado, desde que acompanhado de Histórico Escolar, concluído até a data da inscrição;
- ☐ Diploma de curso de nível superior, em qualquer área, somente para nível médio (Assist. Adm) podendo ser apresentada Declaração/Certificado, desde que acompanhado de Histórico Escolar, concluído até a data da inscrição;
- ☐ Diploma de curso de nível técnico, na área administrativa, somente para nível médio (Assist. Adm) podendo ser apresentada Declaração/Certificado, desde que acompanhado de Histórico Escolar, concluído até a data da inscrição;
- ☐ Certificado de curso avulso na área da saúde, com carga horária de 80 horas, quando couber, concluído até a data da inscrição.
- ☐ Certificado de curso avulso na área da saúde, com carga horária de 120 horas, quando couber, concluído até a data da inscrição.

4. DOCUMENTOS RELATIVOS À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (DE ACORDO COM O ITEM 7 DESTE EDITAL- OBSERVANDO-SE A DATA DE INÍCIO PARA PONTUAÇÃO DE 01 DE JANEIRO DE 2014):

- ☐ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), quando couber (Item 7.3, Inciso I, letra a);
- ☐ Declaração/Certidão de tempo de serviço, quando couber (Item 7.3, Inciso I, letra b);
- ☐ Declaração de participação ou realização de projeto de pesquisa, quando couber (Item 7.3, Inciso III);
- ☐ Termo de Compromisso e Termo de Rescisão ou Certificado de Conclusão de Estágio remunerado ou não, obrigatório ou não, quando couber (Item 7.3, Incisos IV e V);
- ☐ Contrato de prestação de serviço e Declaração do contratante, quando couber (Item 7.3, Inciso VI).